

OFÍCIO Nº 08/2025

Ao Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República Federativa do Brasil

Ao Excelentíssimo Senhor Geraldo Alckmin Vice-Presidente da República

Ao Excelentíssimo Senhor Alexandre Silveira Ministro de Estado de Minas e Energia

À Excelentíssima Senhora Magda Chambriard Presidenta da Petrobrás

Assunto: Solicitação de medidas estruturantes para a reconstrução da Petrobrás na Bahia e defesa dos interesses nacionais e regionais

Excelências:

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Núcleo Bahia (AEPET-BA), entidade representativa dos profissionais que contribuíram historicamente para a construção da indústria do petróleo no Brasil, vem, com profundo respeito e esperança renovada, apresentar encaminhamentos estratégicos para a **reconstrução da Petrobrás na Bahia**, em consonância com o compromisso do governo federal com a soberania energética, o desenvolvimento regional e a justiça social.



1. Retomada da Refinaria Landulfo Alves (RLAM/Mataripe)

A privatização da RLAM, concluída em 2021, resultou em queda acentuada na arrecadação de ICMS na Bahia — estimada em mais de R\$ 1,2 bilhão/ano, segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado. Além disso, dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) revelam que, enquanto as refinarias da Petrobrás operam com capacidade média de 85%, as privatizadas — como a antiga RLAM — operam com menos de 50% de sua capacidade instalada, comprometendo a segurança energética regional e nacional.

Solicitamos, portanto, a **reavaliação da alienação da RLAM** e a **elaboração de um plano de retomada estratégica**, considerando seu papel logístico, industrial e fiscal para o Nordeste.

2. Plano de Investimento para a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (FAFEN-BA)

A reabertura da FAFEN-BA, anunciada em outubro de 2024, é um passo fundamental. Contudo, para garantir sua sustentabilidade econômica e ambiental, é imprescindível um **plano de modernização e ampliação**, com estudos técnicos que contemplem:

- A conversão da unidade em polo de produção de hidrogênio verde, aproveitando o potencial eólico e solar da Bahia, estado líder nacional em geração de energia renovável;
- Parcerias com universidades e centros de pesquisa para desenvolvimento de tecnologias limpas;
- Integração com cadeias produtivas agrícolas e industriais do Nordeste.

A Bahia possui mais de 10 GW de capacidade instalada em fontes eólicas e solares** (ANEEL, 2024), o que a qualifica como hub estratégico para a transição energética e a FAFEN pode ser seu núcleo central.

3. Defesa da Regionalização da Gestão da Petrobrás

Desde 2016, a **descentralização administrativa da Petrobrás foi desmontada**, com a transferência de serviços estratégicos antes sediados na Bahia — como logística, planejamento de produção, suporte técnico e gestão de ativos do Norte-Nordeste — para as unidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2012, a **Petrobrás**



na Bahia era uma unidade administrativa e financeira de excelência, prestando serviços para toda a companhia.

Reivindicamos a retomada da regionalização, com a reinstalação de gerências, diretorias e estruturas de suporte no Edifício Torre Pituba, hoje subutilizado e compartilhado com a Caixa Econômica Federal. A Bahia tem infraestrutura, talento e histórico para voltar a ser centro de operações estratégicas da Petrobrás no Nordeste.

4 - Preço do gás e dos combustíveis: uma questão de soberania e justiça social A política de preços dos combustíveis e do gás de cozinha praticada pela Petrobrás tem impacto direto na vida da população brasileira e na economia nacional. Durante os últimos anos, a adoção do Preço de Paridade de Importação (PPI) — que atrela o valor dos combustíveis ao mercado internacional e à variação do dólar — trouxe aumentos abusivos, descolados dos custos reais de produção no Brasil.

Essa política, implementada a partir de 2016, beneficiou acionistas privados e importadores, mas **penalizou o povo brasileiro**, os pequenos empresários e os trabalhadores. O Brasil possui uma das maiores capacidades de refino e produção de petróleo do mundo, o que deveria garantir **autossuficiência energética** e preços mais justos para os consumidores.

Com o atual modelo de **Preços de Paridade de Importação Interna (PPII)**, anunciado em 2023, houve um avanço parcial, permitindo maior flexibilidade na formação dos preços. No entanto, **ainda é necessário um debate mais profundo** para que a Petrobrás cumpra plenamente seu papel social, garantindo gás e combustíveis a preços acessíveis, sem abrir mão da sustentabilidade financeira.

A AEPET-BA defende que a Petrobrás, como empresa pública e integrada, deve atuar a serviço do desenvolvimento nacional, equilibrando sua função econômica com sua responsabilidade social. O gás de cozinha, essencial na mesa dos brasileiros, não pode continuar sendo tratado como mercadoria de luxo. É preciso uma política energética que beneficie a sociedade e fortaleça a soberania do país, não apenas o lucro de poucos.



5. Equacionamento dos Planos da Petros e Reconhecimento das Dívidas da Petrobrás

A AEPET-BA reafirma a necessidade urgente de **equacionamento justo dos planos PPSPs da Petros**, especialmente considerando que **investimentos compulsórios**, como os realizados no **Estaleiro Enseada** (ligado ao escândalo da Sete Brasil), geraram **déficits bilionários** nos planos de benefícios, sem que a Petrobrás tenha assumido sua responsabilidade como patrocinadora.

Pedimos que a Petrobrás **reconheça suas obrigações financeiras** perante a Petros, garantindo a **segurança dos aposentados, pensionistas e ativos**, e evitando a transferência indevida de riscos para os trabalhadores.

6. Reconhecimento Político e Histórico

A Bahia foi decisiva na vitória democrática de 2022, com mais de 70% dos votos válidos para a chapa Lula-Alckmin. Nosso povo acreditou na promessa de reconstrução nacional. Recordamos, com respeito, o discurso do Presidente Lula na ONU, em setembro de 2023, quando afirmou: "Nada dói mais do que a decepção causada por governos de esquerda que abandonam seus compromissos com os trabalhadores".

Não queremos decepção. Queremos **fatos**: empregos dignos, soberania energética, justiça fiscal e respeito à memória dos que construíram a Petrobrás como empresa pública, nacional e estratégica.

Os petroleiros e petroleiros baianos (as) e o povo da Bahia depositam em Vossas Excelências a esperança de uma Petrobrás reconstruída, pública, integrada, presente em todas as regiões e a serviço do Brasil.

Colocamo-nos à disposição para contribuir tecnicamente com os estudos, debates e propostas necessários à concretização dessa agenda.

Atenciosamente,

AEPET - BAHIA

Associação dos Engenheiros da Petrobrás – Núcleo Bahia

Contatos



Presidente da AEPET-BA: Marcos André dos Santos, telefone 71 98742-3915

Diretora de Comunicação: Érika Grisi, telefone 71 99109-1470

(71) 9 8356-8081

bahia@aepet.org.br

Salvador, xx de outubro de 2025